PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Resolução do Conselho do Governo n.º 46/2015 de 27 de Março de 2015

Considerando que a oferta cultural, a animação turística e o turismo de congressos são atividades de interesse público fundamentais, enquanto meios de desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores, que obrigam a um adequado financiamento das mesmas, bem como a uma articulada e extensiva planificação;

Considerando que a necessidade de uma gestão harmonizada de meios humanos, materiais e logísticos aponta para uma otimização de recursos, sem prejuízo de a produção e fruição culturais, enquanto formas de preservação da identidade coletiva e da criatividade, deverem potenciar um desenvolvimento equilibrado das sociedades;

Considerando que a Região Autónoma dos Açores é acionista maioritária da empresa Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, S.A., que tem como objeto social, entre outros, a conceção, promoção e realização de colóquios, congressos, conferências, palestras e demais atividades de cariz cultural e recreativo e com atividade na área cultural e do turismo, nas vertentes de animação e de MICE – Meetings, Incentives, Conferences & Events, através da realização de atividades que visem atingir públicos diversificados, resultantes da coerência do seu objeto artístico-cultural;

Considerando que as atividades supramencionadas contribuem para o desenvolvimento sustentado da sociedade em que a Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, S.A. se insere, nas perspetivas sociocultural e económica, o que o torna numa entidade adequada a promover o desenvolvimento de um programa que permita contribuir para a oferta cultura, bem como para a consolidação e afirmação da cultura açoriana;

Considerando que a Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, S.A., pode celebrar contratos programa com a Região Autónoma dos Açores para a prossecução das suas atribuições;

Considerando que a Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, S.A., dispõe de capacidade jurídica e técnica para o exercício dos direitos e para o cumprimento das obrigações decorrentes quer do contrato-programa, quer dos consequentes contratos a celebrar na sequência deste;

Considerando que a Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, S.A é uma sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos, estando por isso sujeita à disciplina do setor público empresarial regional, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de março;

Considerando os princípios consagrados no regime jurídico do setor público empresarial da Região Autónoma dos Açores, as empresas públicas regionais deverão proporcionar aos cidadãos os serviços por si prestados, em condições financeiras equilibradas.

Assim, nos termos das alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Conselho do Governo resolve:

1- Autorizar a celebração de um contrato-programa entre a Região Autónoma dos Açores e a empresa Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, S.A.”, tendo em vista o desenvolvimento da oferta cultural e a promoção do destino Açores, através da concretização do programa de espetáculos aprovado, da prospeção e captação do mercado de congressos,

até ao montante máximo de € 735.000,00 (setecentos e trinta e cinco mil euros), para o ano de 2015.

2- Aprovar a minuta do contrato-programa referido no número anterior, anexa à presente resolução, da qual faz parte integrante.

3- Os encargos resultantes do referido contrato-programa serão integralmente suportados pela dotação inscrita no Programa 5, Projeto 9, Ação 5 – Dinamização Cultural, classificação económica 08.01.01G – Transferências de capital - Sociedades e quase-sociedades não financeiras – Públicas – Teatro Micaelense, do Plano da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

4- Delegar no Vice-Presidente do Governo e no Secretário Regional da Educação e Cultura os poderes necessários para, e em nome e representação da Região Autónoma dos Açores, outorgarem o contrato-programa referido nos números anteriores.

5- A presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Ponta Delgada, em 25 de março de 2015. - O Presidente do Governo Regional, *Vasco Ilídio Alves Cordeiro*.

Anexo

(Minuta do contrato-programa)

Contrato-programa a celebrar entre a Região Autónoma dos Açores e a Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, S.A., na sequência da Resolução n.º 46/2015, de 27 de março.

Entre:

A primeira outorgante, Região Autónoma dos Açores, doravante designada por RAA, pessoa coletiva n.º 512 047 855, neste ato representada por (...), titular do bilhete de identidade (ou cartão de cidadão) n.º (...), emitido em (...) pelo Arquivo de Identificação (...) (ou válido até ...), contribuinte fiscal n.º (...), residente (...), na qualidade de Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores, e por (...), titular do bilhete de identidade n.º (...), emitido em (...) pelo Arquivo de Identificação de (...) (ou válido até ...), contribuinte fiscal n.º (...) residente (...), na qualidade de Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, conforme poderes que lhes foram conferido pela Resolução n.º [...]

e

O segundo outorgante, Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, S.A., doravante designada por TM, com sede no Largo de São João, freguesia (...), concelho de Ponta Delgada, pessoa coletiva n.º 512 058 695, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada, sob o número de 02445, com o capital social de € 12.244.143,50 (doze milhões, duzentos e quarenta e quatro mil e cento e quarenta e três euros e cinquenta cêntimos), neste ato devidamente representada por (...), na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, titular do cartão de cidadão n.º (...), emitido em (...) pelo Arquivo de Identificação de (...) (ou válido até ...), contribuinte fiscal n.º (...), residente (...) freguesia de (...), concelho de (...), e por (...), na qualidade de Vogal Executiva do Conselho de Administração, titular do cartão de cidadão n.º (...), emitido em (...) pelo Arquivo de Identificação de (...) (ou válido até ...), contribuinte fiscal n.º (...), residente (...), freguesia de (...), concelho de (...).

É mutuamente aceite e reciprocamente acordado o contrato-programa que se rege pelo disposto nas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente contrato tem por objeto regular os termos em que se desenvolve a colaboração entre a RAA e a TM, tendo em vista a concretização do plano anual de ações para desenvolvimento da oferta cultural, da sua diversificação e promoção da Região Autónoma dos Açores.

Cláusula 2.^a

Metas e objetivos

1- Tendo em vista a realização do objeto do presente contrato a TM deve praticar e executar todos os atos necessários à concretização do plano anual de ações para o desenvolvimento da oferta cultural, da sua diversificação e promoção da Região, previamente aprovado pelo membro do Governo Regional competente em matéria de cultura.

2- O TM deve desenvolver uma oferta cultural pautada por critérios de diversidade e qualidade, aliada à respetiva divulgação junto dos agentes culturais, enquanto veículo de enriquecimento da oferta cultural, a oferta de um serviço educativo direcionado para um público jovem nas áreas das artes visuais, dança, teatro e cidadania e o desenvolvimento de ações conducentes a uma maior procura da Região para a realização de congressos e eventos de considerável dimensão.

Cláusula 3.^a

Obrigações da TM

Em cumprimento do disposto nas cláusulas anteriores, a TM, nos termos do presente contrato, obriga-se a respeitar o disposto na legislação regional, nacional e comunitária bem como as orientações que lhe forem cometidas pelos membros do Governo Regional competentes em matéria de finanças e competitividade empresarial e cultura, nomeadamente:

- a) Sujeitar-se à fiscalização por parte do Governo Regional dos Açores e prestar todas as informações que os membros do Governo Regional competentes em matéria de finanças competitividade empresarial e cultura solicitarem;
- b) Elaborar o plano anual de atividades e o orçamento de funcionamento, de acordo com as orientações e estratégias definidas;
- c) Preparar a informação económica e financeira, com a periodicidade necessária;
- d) Elaborar estudos, análises e pareceres sobre matérias de relevante interessa regional no âmbito da atividade económica da Região.

Cláusula 4.^a

Comparticipação financeira

1- A RAA obriga-se a transferir para a TM, no ano de 2015, o montante de € 735.000,00 (setecentos e trinta e cinco mil euros), no âmbito do presente contrato-programa, destinada a compensar o custo das ações referidas nas cláusulas 2.^a e 3.^a, nos termos do Anexo I.

2- No caso de a TM beneficiar de apoio suplementar de outras fontes de financiamento para a execução do objeto definido nas cláusulas 2.^a e 3.^a, o montante da participação financeira a atribuir ao abrigo do presente contrato-programa será proporcionalmente reduzido.

3- O montante previsto no n.º 1 foi estimado com base na atividade a desenvolver pela TM no período de 1 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, o qual se estima suficiente para cobrir as atividades a realizar no âmbito deste contrato.

4- O montante previsto no n.º 1, assim como as ações através das quais os encargos resultantes do presente contrato-programa serão integralmente suportados, podem ser revistos, mediante despacho dos membros do Governo Regional competentes em matéria de finanças e competitividade empresarial e cultura, e concretizado por aditamento ao presente contrato, quando, devidamente justificado e fundamentado, tal valor se torne manifestamente excessivo ou insuficiente para permitir a execução do Plano de Atividades e Orçamento da TM aprovado para 2015.

5- Caso a RAA entenda não ser necessário transferir a totalidade das verbas definidas anualmente, considera-se que o valor remanescente não transita como montante em dívida para os anos subsequentes.

Cláusula 5.ª

Fiscalização

1- O Governo Regional dos Açores tem o direito de acompanhar e fiscalizar o modo como a TM executa o presente contrato.

2- O controlo da aplicação das verbas disponibilizadas no âmbito do presente contrato e a sua adequação aos fins propostos poderá ser exercido através do envio por parte da TM aos membros do Governo Regional competentes em matéria de finanças e competitividade empresarial e cultura de um relatório sobre a execução do Plano de Atividades e Orçamento aprovado para o ano 2015.

3- O Governo Regional dos Açores, através dos departamentos governamentais com competência em matéria de finanças e competitividade empresarial e cultura, pode ainda proceder, a todo o momento, ao controlo da aplicação das verbas disponibilizadas no âmbito do presente contrato e da sua adequação aos fins propostos através de avaliações e auditorias especializadas a realizar por quem este designar para o efeito.

Cláusula 6.ª

Deveres especiais de informação

1- A TM obriga-se a prestar a informação e os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Governo Regional dos Açores, através do departamento governamental com competência em matéria de finanças e competitividade empresarial e cultura, com a periodicidade que estes entenderem conveniente, relativamente à execução do presente contrato.

2- A TM obriga-se ainda a elaborar e a enviar aos membros do Governo Regional competentes em matéria de finanças competitividade empresarial e cultura um relatório final sobre a execução deste contrato.

Cláusula 7.ª

Modificações subjetivas do contrato

A TM não pode ceder, alienar, ou por qualquer forma onerar, no todo ou em parte, a sua posição jurídica no presente contrato-programa ou realizar qualquer negócio que vise atingir idêntico resultado sem prévio consentimento dos membros do Governo Regional competentes em matéria de finanças competitividade empresarial e cultura.

Cláusula 8.^a

Cessação de vigência

Salvo quando haja lugar a resolução pelo Governo Regional dos Açores ao abrigo da cláusula seguinte, o presente contrato cessa a sua vigência a 31 de dezembro de 2015.

Cláusula 9.^a

Resolução do contrato-programa

1- O Governo Regional dos Açores pode resolver o presente contrato quando a TM o incumpra de forma grave ou reiterada ou quando não prossiga os seus objetivos.

2- A resolução mencionada no número anterior deve ser comunicada à TM com uma antecedência mínima de 1 (um) mês, mediante carta registada com aviso de receção.

3- A resolução do contrato-programa ao abrigo dos números anteriores não confere à TM o direito a qualquer indemnização.

Cláusula 10.^a

Omissões

Os casos omissos no presente contrato-programa são objeto de acordo entre as partes.

Cláusula 11.^a

Encargos financeiros

Os encargos resultantes do presente contrato-programa, da responsabilidade da RAA, serão integralmente suportados pela dotação inscrita no Programa 5, Projeto 9, Ação 5 – Dinamização Cultural, classificação económica 08.01.01G – Transferências de capital - Sociedades e quase-sociedades não financeiras – Públicas – Teatro Micaelense, do Plano da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Cláusula 12.^a

Imposto de selo

O presente contrato é celebrado no interesse da RAA, estando por isso isento do imposto do selo, nos termos da alínea a) do artigo 6.º do Código do Imposto do Selo.

Cláusula 13.^a

Exemplares

O presente contrato é celebrado em três exemplares originais, ficando dois na posse da RAA e outro na posse da TM.

Cláusula 14.^a

Produção de efeitos

O presente contrato produz efeitos a 1 de Janeiro de 2015.

Ponta Delgada, [...] de [...] de 2015.

Pela Região Autónoma dos Açores,

O Vice-Presidente do Governo

O Secretário Regional da Educação e Cultura

Pela Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, S.A.,

O Presidente do Conselho de Administração, A Vogal Executiva do Conselho de Administração

Anexo I

Despesas Contrato-Programa	
Descrição	Valor
Despesas descritas nas cláusulas 2 ^a e 3 ^a	735 000,00 €
Total das despesas (previsão)	735 000,00 €

Receitas Contrato-Programa	
Descrição	Valor
Transferência ORAA 2015 (1)	735 000,00 €
Total das receitas	735 000,00 €

A participação financeira é suportada pela dotação inscrita no Capítulo 50, Programa 5, Projeto 9, Ação 5 – Dinamização Cultural, classificação económica 08.01.01G – Transferências de capital - Sociedades e quase-sociedades não financeiras – Públicas – Teatro Micaelense